



RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
REGULATÓRIO

2016



Eletrocar

www.eletrocar.com.br

Telefone: (54) 3329 - 9900 Fax: (54) 3329 - 9945

Av. Pátria, 1351 - Bairro Sommer - Carazinho/RS

Relatório da Administração Regulatório

DIMENSÃO GERAL

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da ELETROCAR S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, pertinentes para a divulgação do desempenho da CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

O ano de 2016 foi importante para a Eletrocar, especialmente quanto as atividades a seguir: foi dado início à Revisão Tarifária Periódica, que está prevista para 22.07.2017; e início do processo de alienação das PCH's, como estratégia para reequilíbrio econômico-financeiro. Continuamos comprometidos com a recuperação da empresa, tomando decisões no sentido de melhorar o futuro da organização, da saúde financeira da empresa, e do retorno ao acionista, sem deixar de manter adequado o nível de serviço.

Tais ações reforçam a forma de atuação da companhia, lidando com os desafios e a complexidade do setor elétrico brasileiro, sempre com base em seus valores, como forma de satisfazer o interesse das partes interessadas do nosso negócio.

Nesse aspecto, cabe enfatizar que o setor elétrico brasileiro, como um todo, vem se reorganizando. A Eletrocar também está em sintonia com essa tendência, para que continue obtendo consistência empresarial ao longo dos próximos exercícios.

Rafael Sant'Anna de Moraes
Diretor Presidente



www.eletrocar.com.br
Telefone: (54) 3329 - 9900 Fax: (54) 3329 - 9945
Av. Pátria, 1351 - Bairro Sommer - Carazinho/RS

Geração

A Eletrocar possui geração própria de duas usinas hidroelétricas, produzindo em torno de 15% do total da energia consumida na área de concessão, sendo:

- PCH Mata Cobra, construída em 1962, com capacidade de geração de 2.880 kW, gerador de 3.600 kVA, localizada no rio da Várzea no município de Almirante Tamandaré do Sul, na localidade de Mata Cobra, divisa com o município de Chapada, com área alagada de 68,08 ha.

- PCH Colorado, construída em 1955, com capacidade de geração de 1.120 KW, gerador de 1.400 KVA, localizada no rio Poita, município de Tapera divisa com o município de Relax, com área alagada de 60,9452 ha.

Parque gerador	Potência Instalada	2016	%	2015	%	Var. %
PCH Mata Cobra	3.600	13.720	72,68	17.182	73,85	(25,23)
PCH Colorado	1.120	5.157	27,32	6.084	26,15	(17,98)
Total	4.720	18.877	100,00	23.266	100,00	(23,25)

Em 31/12/2016, a Concessionária detinha 4.720 MW de potência instalada em operação, dos quais 3.600MW da PCH Mata Cobra e 1.120 da PCH Colorado.

Distribuição

A Outorgada distribui energia elétrica em 07 dos 497 municípios do Estado, o que representa 0,014% dos municípios do Estado RS.

Capital	Porto Alegre	Carazinho
População estimada 2016	11.286.500	62.193
População 2010	10.693.929	59.317
Área (km²)	281.737,947	665,092
Densidade demográfica (hab/km²)	37,96	89,19
Rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> da população residente 2015 (Reais) ⁽¹⁾	1.554	-
Número de Municípios	497	-

Fonte: Ibge

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 402 novas ligações com destaque 301 residenciais, 31 comerciais, 29 rurais e (01) industriais, totalizando 36.471 consumidores atendidos pela Outorgada, número 1,11% superior ao de 2015.



Eletrocar

www.eletrocar.com.br

Telefone: (54) 3329 - 9900 Fax: (54) 3329 - 9945

Av. Pátria, 1351 - Bairro Sommer - Carazinho/RS

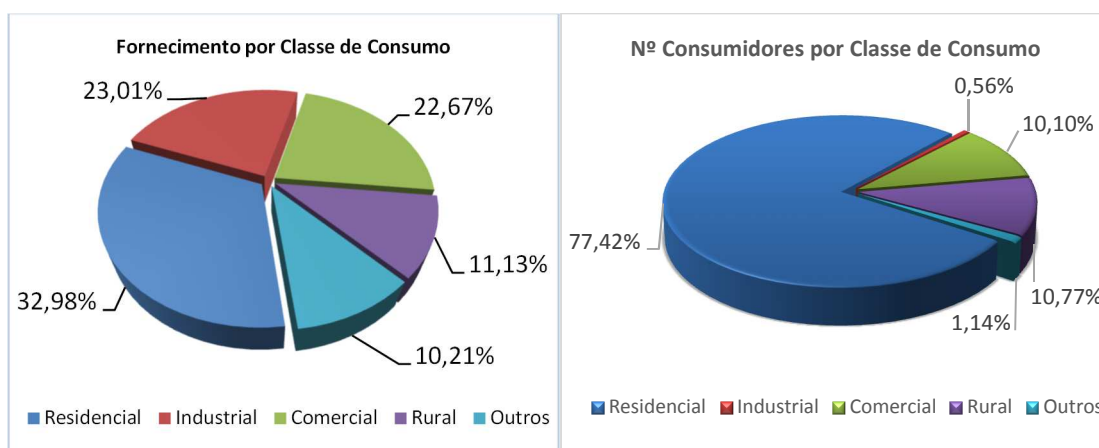
Nº. Consumidores atendidos p/classes	2016	2015	2014	2013	2012
<i>Residencial</i>	301	347	613	682	731
<i>Industrial</i>	-1	-8	7	-2	4
<i>Comercial</i>	31	-6	31	41	120
<i>Rural</i>	29	17	56	40	14
<i>P. Público</i>	38	9	1	-7	8
<i>II. Pública</i>	0	0	0	0	0
<i>S. Público</i>	3	3	0	0	0
<i>C. Próprio</i>	1	-1	0	0	-2
Total	402	358	711	754	875
Variação %	1,11%	1,00%	2,03%	2,20%	2,62%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Eletrocar no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 176,538GWh (173,693GWh em 2015).

A classe residencial foi a que teve maior redução, com 13,26%, a classe industrial com 12,50%, o maior aumento se deu na Comercial, com 516%, poder público com 422% e rural com 170% comparado ao ano de 2015.

Mercado Atendido (mwh)

CLASSES	2016	2015	2014	2013	2012	% 16/15
<i>Residencial</i>	58.230	56.273	59.237	54.437	51.471	3,48
<i>Industrial</i>	40.628	39.180	41.758	40.735	35.377	3,70
<i>Comercial</i>	40.021	41.415	44.033	40.607	39.788	(3,37)
<i>Rural</i>	19.640	18.977	20.721	19.378	18.999	3,49
<i>P. Público</i>	3.748	3.598	4.462	4.165	3.852	4,17
<i>II. Pública</i>	9.166	8.812	8.638	8.546	8.470	4,02
<i>S. Público</i>	4.877	5.220	5.139	5.031	4.776	(6,57)
<i>C. Próprio</i>	228	218	228	211	207	4,59
TOTAL	176.538	173.693	184.216	173.110	162.940	1,64
Variação %	1,64%	(5,71%)	6,42%	6,24%	6,21%	-

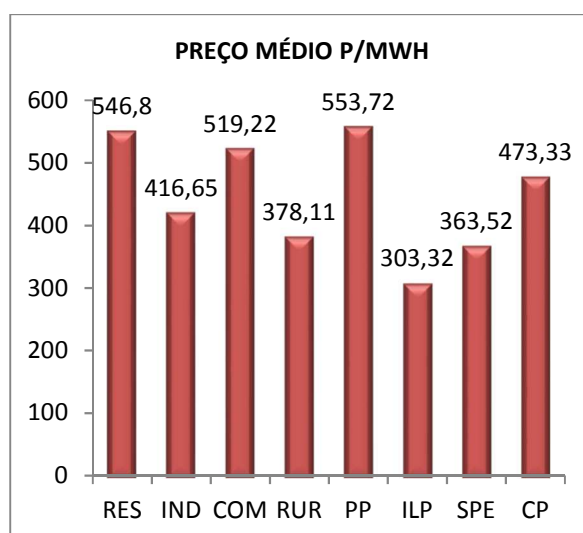
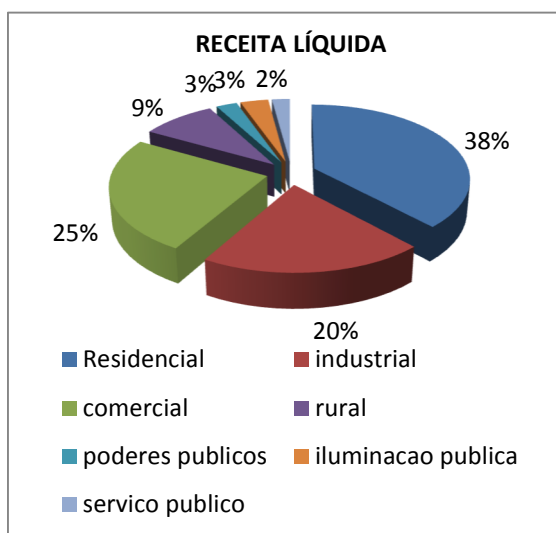


Balço Energético

	2016	%	2015	%	2014	%	2013	%
PCH Mata Cobra	13.720	7,17	17.182	9,26	16.183	8,11	17.055	9,23
PCH Colorado	5.157	2,70	6.084	3,28	5.303	2,66	6.340	3,34
Suprimento	172.375	90,13	162.223	87,46	178.076	89,23	166.233	87,43
Energia Disponível	191.252	100,00	185.489	100,00	199.562	100,00	190.128	100,00
Energia Faturada	176.538	92,31	173.693	93,64	184.216	92,31	173.110	91,05
Perdas	14.714	7,69	11.796	6,36	15.346	7,69	17.018	8,95

Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$83.715 milhões, conforme quadro a seguir:

Classes/Receita líquida em R\$	2016	2015	%
Residencial	31.839.933	33.218.975	4,15
Industrial	16.927.644	18.904.381	(10,46)
Comercial	20.779.849	23.217.574	(10,50)
Rural	7.426.244	7.822.755	(5,07)
P. Público	2.075.259	2.158.218	(3,84)
Il. Pública	2.780.162	2.949.112	(5,73)
S. Público	1.772.870	2.137.759	(17,07)
C. Próprio	112.739	114.651	(1,67)
TOTAL	83.714.698	90.523.426	(7,52)



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 1,00% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Nº. Consumidores/ Classes	2016	2015	2014	2013	2012	% 16/15
Residencial	27.936	27.589	26.976	26.294	25.563	1,26
Industrial	206	214	207	209	205	(3,74)
Comercial	3.653	3.659	3.628	3.587	3.467	(0,16)
Rural	3.900	3.883	3.827	3.787	3.773	0,44
P. Público	337	328	327	334	326	2,74
Il. Pública	9	9	9	9	9	-
S. Público	20	20	17	17	17	-
C. Próprio	8	9	9	9	11	(11,11)
Total	36.069	35.711	35.000	34.246	33.371	1,00
Variação %	1,00%	2,03%	2,20%	2,62%	2,00%	-

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2016, atingiu R\$634,38/MWh, com redução de 4,79% com relação a dezembro de 2015.

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Dec/Fec/Ano	2016	2015	2014	% 16/15
Dec	14,12	12,25	16,21	15,26%
Fec	11,06	9,41	14,85	17,53%

DEC (horas) FEC (interrupções) Tempo de espera (horas)

Desempenho econômico-financeiro

Receita Operacional Bruta Anual: A receita operacional foi de R\$120.612 sendo 7,38% inferior a 2015 que foi de R\$130.220. A receita de Fornecimento de Energia Elétrica foi de R\$111.843 contra R\$115.314 em 2015, sendo 3,01% inferior a 2015.

Icms s/Faturamento Energia Elétrica: O Icms faturado foi de R\$28.236 em 2016 e de R\$24.905 em 2015, tendo um aumento de 13,37%.

Demais impostos: Pis, Cofins e Iss somaram o valor de R\$10.983 em 2016 e R\$10.977 em 2015, tendo um aumento de 0.06%.

Encargos Setoriais: Os encargos setoriais foram de R\$12.866 em 2016 e R\$19.832 em 2015 tendo uma redução de 35,12%.

Despesas com Pessoal e Administradores: As despesas com pessoal em 2016 foram de R\$13.076 e em 2015 foi de R\$11.523 tendo uma variação de 13,48%.

Custos com Energia Elétrica: Os custos com energia elétrica foram de R\$39.997 em 2016 e R\$43.984 em 2015, tendo uma redução de 9,06%.

A compra de energia para revenda foi de R\$36.541 em 2016 e de R\$37.734 em 2015, tendo uma variação de 3,16%.

O Proinfa teve um aumento de 1,10% sendo de R\$1.479 em 2016 e R\$1.119 em 2015.

Os Encargos de Uso do Sistema e Conexão foram de R\$1.388 em 2016 e R\$2.912 em 2015, tendo uma variação de 52,35%.

Efeitos financeiros da Res. 243/06 (passivo financeiro) em 2016 foi de R\$3.272 e em 2015 de R\$6.415 tendo uma variação de 48,99%.

Demais Despesas Operacionais: As demais despesas operacionais, exceto depreciações, foram de R\$5.879 em 2015 e R\$6.427 em 2015 tendo uma redução de 8,49%.

Receita Financeira: As receitas financeiras atingiram o valor de R\$2.934 em 2016 e R\$2.694 em 2015 tendo uma variação de 8,92%.

Despesas Financeiras: As despesas financeiras foram de R\$9.608 em 2016 e R\$11.732 em 2015, tendo uma variação de 18,10%.

Lucro Ajustado para Dividendo: Não houve lucro nos exercícios.

Lucro Operacional da Atividade: O lucro operacional da atividade foi de R\$4.195 em 2016 e de R\$6.008 em 2015, tendo uma redução de 30,17%.

EBITDA: Lucro da atividade excluída as depreciações, em 2016 foi de R\$6.331 e em 2015 de R\$7.978.

Capital Circulante Líquido: O Capital Circulante Líquido foi de R\$(7.372) em 2016 e R\$(6.006) em 2014.

Lucro ou Prejuízo do Exercício: O prejuízo do exercício foi de R\$(2.479) em 2016 o prejuízo foi de R\$(3.030) em 2015.

Investimentos: Em 2016, os investimentos da Companhia, importaram em R\$2.633 milhão, 62,50% inferior em relação à 2015, dos quais R\$1.956 milhões foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição.

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DE INVESTIMENTOS

	R\$ Mil Nominais		
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	2014	2015	2016
AIS BRUTO	26.508,71	6.715,44	2.221,49
Transformador de distribuição	448,86	594,12	628,51
Medidor	196,47	197,49	201,16
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	24.455,96	1.470,75	653,26
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	197,37	291,73	668,89
Redes Alta Tensão (69 kV)	509,09	3.695,99	61,34
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	0,00	0,00	7,61
Demais máquinas e equipamentos	700,93	465,35	0,69
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(854,40)	(655,31)	(579,69)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(854,40)	(655,31)	(579,69)

Captações de recursos: Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a Outorgada captou um total de R\$4.670 milhões em recursos de empréstimos e financiamentos de diversas fontes.

Valor adicionado: Em 2016, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$56.613 milhões, representando 43,39% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

Valor Adicionado	2016	2015
Receita Bruta	120.612	123.364
Provisão Cld	(451)	(611)
(-) Insumos	(61.412)	(67.260)
Valor adicionado bruto	58.749	55.493
Depreciação e amortização	2.136	1.970
Valor adicionado líquido gerado	56.613	53.523
Receita financeira	2.934	2.694
Valor adicionado a distribuir	59.547	56.217
Empregados e administração	10.837	9.566
Governos	41.523	37.895
Financiadores	9.666	11.786
Acionistas	(2.479)	(3.030)

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Entretanto, nos anos de 2016 e 2015 não foram distribuídos dividendos ou pagos juros sobre o capital próprio, por apresentar prejuízo e em 2014 os lucros foram absorvidos pelos prejuízos acumulados.

Além disso, foi instituída a Lei Municipal 7.985 de 01 de julho de 2015, que autoriza o acionista majoritário (município de Carazinho) a reinvestir o dividendo mínimo obrigatório (25%) nos próximos cinco anos, de modo a assegurar a realização de obras nos exercícios seguintes, devidamente justificado pelo orçamento de capital pela Eletrocar.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Outorgada era de R\$8.300 milhões, composto por 1.524.935 milhões de ações, sem valor nominal, sendo 1.504.013 milhões de ações ordinárias (98,63%), 20.865mil de ações preferenciais classe "A" (1,37%) e 57 ações preferenciais classe "B" (0%).

Composição Acionária	Espécie	Nº Ações	Capital Social R\$	%
Prefeitura M. de Carazinho	ON	1.442.100	7.368.624,57	94,5680
Roberto Neves Rodrigues	ON	15.400	80.517,22	1,0099
Prefeitura M. de Chapada	ON	34.041	177.634,86	2,2323
Prefeitura M. de Selbach	ON	12.386	64.829,94	0,8122
Prefeitura M. de Colorado	ON	86	467,97	0,0056
Diversos	PN	20.922	607.925,44	1,3720
Total		1.524.935	8.300.000,00	100,000

Gestão pela qualidade total: Em 2016, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos humanos: Em 2016 a Eletrocar investiu R\$69.687 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, de modo a manter a Eletrocar a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Eletrocar vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado na Demonstração Contábil Socioambiental da Eletrocar.

Eletrocar em números:

	2016	2015	%
Atendimento			
Número de consumidores	36.471	36.069	1,11
Número de empregados	138	138	-
Número de consumidores p/empregado	264,28	261,37	1,11
Número de localidades atendidas	14	14	-
Número de postos de atendimento	07	07	-
Mercado			
Área de concessão			
Geração própria (Mwh)	18.877	23.266	-18,86
Compra de energia/suprimento (Mwh)	172.375	162.223	6,26
Consumo residencial médio (Mwh)	176,538	168,54	4,75
Tarifa média de fornecimento (R\$/Mwh)	634,38	664,77	4,57
Consumo médio (Mwh p/nº cons)	405,00	402,88	0,52
Operacionais			
Número de usinas	02	02	0
Número de subestações	03	03	0
Linhas de transmissão (Km)	77,85	77,85	0
Linhas de distribuição (Km)			
Capacidade instalada (MW)	57,50	57,50	0
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	117.368	118.769	36,55
Receita operacional líquida (R\$ mil)	65.283	69.912	13,99
Margem operacional do serviço líquida (%)	55,62	58,86	-5,50
Ebtida (R\$ mil)	7.978	7.978	2,90
Lucro/Prejuízo líquido (R\$ mil)	(2.479)	(3.030)	(18,19)
Lucro/Prejuízo p/ação	(1,62)	(1,99)	(18,59)
Patrimônio líquido	6.522	7.841	(16,82)
Endividamento do patrimônio líquido	0,38	0,38	1,66

	2016	2015	%
Indicadores de performance			
Salário médio funcionários	2.630,27	2.344,22	12,20
Total energia por funcionário	1.385,88	1.344,12	3,10
Total energia por consumidor	5,24	5,14	1,94
Retorno de ativos	(0,02)	(4,92)	(0,40)

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Eletrocar.

Carazinho/RS, 31 de dezembro de 2016.
A Administração

Demonstrações Contábeis Societárias

Por Demonstrações Contábeis Societárias entende-se o conjunto de informações contábeis e financeiro-econômicas que são preparadas de acordo com as orientações contidas nos CPCs, demais requerimentos legais e outros reguladores em que as Outorgadas estão sujeitas.

As Demonstrações Contábeis Societárias, em geral, compreendem o seguinte conjunto de informações:

- (a) Ativos;
- (b) Passivos;
- (c) Patrimônio líquido;
- (d) Receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas;
- (e) Alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições realizadas;
- (f) Resultados abrangentes;
- (f) Fluxos de caixa;
- (g) Valor adicionado; e
- (h) Notas explicativas.

Políticas gerais na apresentação das Demonstrações Contábeis

Algumas orientações podem ser extraídas dos CPCs como regras de divulgação aplicáveis às demonstrações:

Equilíbrio

A entidade deve apresentar com igualdade de importância todas as Demonstrações Contábeis que façam parte do conjunto completo de Demonstrações Contábeis, o que implica em não destacar nenhuma das demonstrações em prejuízo das outras; essas demonstrações são complementares e o efeito das transações deve ser considerado em todas as peças desse conjunto em lugar de enfatizar a posição financeira sobre a demonstração do resultado ou vice-versa;

Integridade

Políticas contábeis inadequadas não podem ser retificadas por meio da divulgação das políticas contábeis utilizadas ou por notas ou qualquer outra divulgação explicativa;

Continuidade

As Demonstrações Contábeis devem ser elaboradas no pressuposto da continuidade, a menos que a administração tenha intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda não possua uma alternativa realista senão a descontinuação de suas atividades;

Materialidade

- i) Se um item não for individualmente material, deve ser agregado a outros itens, seja nas Demonstrações Contábeis, seja nas notas explicativas;
- ii) Um item pode não ser suficientemente material para justificar a sua apresentação individualizada nas Demonstrações Contábeis, mas pode ser suficientemente material para ser apresentado de forma individualizada nas notas explicativas;
- iii) Não é necessário fornecer uma divulgação requerida se a informação não for material.

Compensação de ativos e passivos

Ativos e passivos, e receitas e despesas não devem ser compensados como regra geral, exceto quando refletir a essência da transação; a mensuração de ativos líquidos de provisões relacionadas, por exemplo, a de obsolescência nos estoques ou a de créditos de liquidação duvidosa nas contas a receber de clientes não é considerada compensação;

Compensação de receitas e despesas

As transações não ordinárias que não geram propriamente receitas, mas que são incidentais às atividades principais geradoras de receitas devem ser apresentadas compensando-se quaisquer receitas com as despesas relacionadas resultantes da mesma transação. Por exemplo: (i) ganhos e perdas na alienação de ativos não circulantes, incluindo investimentos e ativos operacionais, devem ser apresentados de forma líquida, deduzindo-se seus valores contábeis dos valores recebidos pela alienação e reconhecendo-se as despesas de venda relacionadas; e (ii) despesas relacionadas com uma provisão reconhecida de acordo com o CPC 25 – Provisões e que tiveram reembolso segundo acordo contratual com terceiros (por exemplo, acordo de garantia do fornecedor) podem ser compensadas com o respectivo reembolso;

Informações sobre períodos anteriores

A informação referente ao período anterior, inclusive a informação narrativa e descritiva, deve ser divulgada para todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis do período corrente quando for relevante para a compreensão do conjunto das demonstrações do período corrente ou quando continua a ser relevante no período corrente;

Mudanças de políticas contábeis

Quando a entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou faz a divulgação retrospectiva de itens de suas Demonstrações Contábeis, ou ainda, quando reclassifica itens de suas Demonstrações Contábeis, deve apresentar, como mínimo, 3 (três) balanços patrimoniais e duas de cada uma das demais Demonstrações Contábeis, bem como as respectivas notas explicativas. Os balanços patrimoniais a serem apresentados nesse caso devem ser os relativos: i) ao término do período corrente; (ii) ao término do período anterior (que

corresponde ao início do período corrente); e (iii) ao início do mais antigo período comparativo apresentado;

Mudança na apresentação

Quando a apresentação ou a classificação de itens nas Demonstrações Contábeis forem modificadas, por mudança na natureza das operações, revisão por melhoria na apresentação das demonstrações ou exigência de outro pronunciamento, os montantes apresentados para fins comparativos devem ser reclassificados, a menos que a reclassificação seja impraticável. Quando os montantes apresentados para fins comparativos são reclassificados, a entidade deve divulgar: (i) a natureza da reclassificação; (ii) o montante de cada item ou classe de itens que foi reclassificado; e (iii) a razão para a reclassificação;

Identificação

Cada demonstração contábil e respectivas notas explicativas devem ser identificadas claramente e distinguida de qualquer outra informação que porventura conste no mesmo documento publicado. Além disso, as seguintes informações devem ser divulgadas de forma destacada e repetida quando necessário:

(i) o nome da entidade (ii) se as Demonstrações Contábeis se referem a uma entidade individual ou a um grupo de entidades (iii) a data-base das Demonstrações Contábeis e notas explicativas e o respectivo período abrangido; (iv) a moeda de apresentação, (v) o nível de arredondamento usado na apresentação dos valores nas Demonstrações Contábeis.

Considerações Gerais

A realização do conceito de 'representação apropriada, tradução escolhida pelo CPC para a expressão *true and fair view*, deve levar a um processo de busca na essência econômica das informações contábeis.

Sugerem-se as seguintes etapas no planejamento do processo contábil pela alta administração com vista ao objetivo de divulgação:

- a) formulação e escolha de políticas contábeis, particularmente as chamadas políticas contábeis críticas, com amplo reconhecimento na governança da empresa;
- b) divulgação ampla dessas políticas; e
- c) escolhas de divulgação dos quadros e notas explicativas nos aspectos de forma e conteúdo com o objetivo de instruir um investidor interessado na empresa com informações adicionais relevantes, ou seja, aquelas capazes de alterar o julgamento desse investidor.

Balanço Patrimonial (ou demonstração da posição financeira)

A informação a ser apresentada no balanço patrimonial tem uma prática bastante consolidada ao longo do tempo no Brasil, entretanto, é necessário destacar que a lista de itens mínimos determinada pelos pronunciamentos e regulações geralmente não atende os requisitos de uma boa divulgação, motivo pelo qual os administradores devem avaliar a estrutura das demonstrações (contas e detalhamentos) com referência aos propósitos a serem alcançados nas divulgações.

A adequação das contas deve ser julgada com base na (i) natureza e liquidez dos ativos, (ii) na função dos ativos na entidade e, (iii) nos montantes, natureza e prazo dos passivos. Os detalhamentos das contas também usam os mesmos critérios como, por exemplo:

- (a) os itens do ativo imobilizado são segregados em classes de acordo com o CPC 27 – Ativo imobilizado;
- (b) as contas a receber são segregadas em montantes a receber de clientes comerciais, contas a receber de partes relacionadas, pagamentos antecipados e outros montantes;
- (c) os estoques são subclassificados, de acordo com o CPC 16 – Estoques, em classificação tais como mercadorias para revenda, insumos, materiais, produtos em processo e produtos acabados;
- (d) as provisões são segregadas em provisões para benefícios dos empregados e outros itens; e
- (e) o capital e as reservas são segregados em várias classes, tais como capital subscrito e integralizado, prêmios na emissão de ações e reservas.

Ativo

Imobilizado;

- (b) as contas a receber são segregadas em montantes a receber de clientes comerciais, contas a receber de partes relacionadas, pagamentos antecipados e outros montantes;
- (c) os estoques são subclassificados, de acordo com o CPC 16 – Estoques, em classificações tais como mercadorias para revenda, insumos, materiais, produtos em processo e produtos acabados;
- (d) as provisões são segregadas em provisões para benefícios dos empregados e outros itens; e
- (e) o capital e as reservas são segregados em várias classes, tais como capital subscrito e integralizado, prêmios na emissão de ações e reservas.

Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

Nas empresas não financeiras é usual que os ativos não circulantes contenham ativos tangíveis, intangíveis e financeiros de longo prazo. Os ativos circulantes nesse tipo de empresa são identificados como os itens que participam do ciclo operacional, ou seja, do capital de giro. A exceção a este critério é quando a demonstração está baseada no critério de liquidez, geralmente aplicável às instituições financeiras.

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro deste mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa; alternativamente, presume-se um prazo de 12 meses para o ciclo operacional no caso de não ser claramente identificável; a divulgação da posição financeira em muitas empresas opta por estabelecer o limite de 12 meses como única referência para essa distinção, porém os objetivos de atender a um usuário interessado na elaboração de fluxos de caixa prospectivos são melhor atendidos se ficar claro para o leitor

quais os itens que participam do capital de giro da companhia, tendo em vista a existência de outros itens com vencimento para os próximos 12 meses.

Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente

Por força da necessidade de atender às disposições societárias, o CPC 26 optou por apresentar a demonstração do resultado abrangente em duas demonstrações. A demonstração do resultado do período com os itens que tradicionalmente já faziam parte do resultado e a demonstração do resultado abrangente contendo, no mínimo:

- (a) resultado líquido do período;
- (b) cada item dos outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza (exceto montantes relativos ao item (c));
- (c) parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial; e
- (d) resultado abrangente do período.

O conceito do resultado abrangente pretende explicar todas as variações no patrimônio líquido com exceção das transações entre acionistas e, por esta razão, tem alta importância para o investidor interessado no desempenho da empresa porque reúne todas as transações que afetam o resultado em uma única demonstração. A dificuldade no caso brasileiro é conciliar essa visão, chamada de *all inclusive*, porque inclui todas as transações que alteram o patrimônio líquido, com a lei societária em especial nas exigências do cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Demonstração do Fluxo de Caixa

A informação sobre fluxos de caixa proporciona aos usuários das Demonstrações Contábeis uma base para avaliar a capacidade da entidade para gerar caixa e seus equivalentes e as necessidades da entidade para utilizar esses fluxos de caixa. O CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa define os requisitos para a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e respectivas divulgações.

Os seguintes tópicos principais devem ser usados em todos os fluxos de caixa:

Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da entidade;

Atividades de investimento: são as aquisições e vendas de ativos de longo prazo;

Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e de empréstimos da empresa.

As somas e subtrações desses itens resultam na mudança do caixa mais equivalentes e compreendem numerário, depósitos bancários e investimentos de curto prazo com alta liquidez e baixíssimo risco.

A demonstração dos fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento deve ser apresentada da forma que seja mais apropriada aos negócios da empresa. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. Essas informações podem também ser usadas para avaliar a relação entre essas atividades.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para cada componente do Patrimônio Líquido, a conciliação do saldo no início e no final do período, demonstrando-se separadamente as mutações decorrentes: (i) do resultado líquido; (ii) de cada item dos outros resultados abrangentes; e (iii) de transações com os proprietários realizadas na condição de proprietário, demonstrando separadamente suas integralizações e as distribuições realizadas, bem como modificações nas participações em controladas que não implicaram perda do controle.

O CPC 26 requer ainda as seguintes informações no balanço patrimonial, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas:

(a) para cada classe de ações do capital:

1. a quantidade de ações autorizadas;
2. a quantidade de ações subscritas e inteiramente integralizadas, e subscritas mas não integralizadas;
3. o valor nominal por ação, ou informar que as ações não têm valor nominal;
4. a conciliação da quantidade de ações em circulação no início e no fim do período;
5. os direitos, preferências e restrições associados a essa classe de ações incluindo restrições na distribuição de dividendos e no reembolso de capital;
6. ações ou quotas da entidade mantidas pela própria entidade (ações ou quotas em tesouraria) ou por controladas ou coligadas; e
7. ações reservadas para emissão em função de opções e contratos para a venda de ações, incluindo os prazos e respectivos montantes; e

(b) uma descrição da natureza e da finalidade de cada reserva dentro do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

A melhor redação na elaboração de notas explicativas é aquela que melhor atende aos objetivos das demonstrações, ou seja, contribui na avaliação pelo leitor do desempenho da empresa ou na inferência de fluxos de caixa futuros. Esse objetivo é geralmente limitado pela cultura contábil da empresa e do ambiente além da tradição na redação das notas que geralmente levam a um “conservadorismo” do texto.

A mudança para a contabilidade internacional traz, entretanto, um impacto considerável na formulação dessas notas pelo aumento da complexidade nas estimativas contábeis e pela necessidade de atender a novos requisitos provocados pelos novos pronunciamentos, a regulação do mercado de capitais e a evolução das demonstrações das outras empresas no ambiente global.

As notas explicativas devem:

- (a) Apresentar informação acerca da base para a elaboração das Demonstrações Contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas de acordo com os CPCs;
- (b) Divulgar a informação requerida pelos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações que não tenha sido apresentada nas Demonstrações Contábeis; e
- (c) Prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas Demonstrações Contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.

Demonstração de Valor Adicionado (DVA)

Para fins de Demonstrações Contábeis Societárias, o requerimento de divulgação da Demonstração de Valor Adicionado (DVA), aprovada pelo Pronunciamento Técnico CPC 09 é aplicável apenas para as companhias abertas. Para fins de Demonstrações Contábeis Regulatórias, a DVA não é requerida.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias pretendem cumprir seus objetivos por meio de grandes grupos de informação sobre os quais organiza o entendimento do usuário sobre o desempenho da empresa. O seguinte conjunto completo de Demonstrações Contábeis foi definido para fins regulatórios:

- (a) Balanço Patrimonial ao final do período;
- (b) Demonstração do Resultado do período;
- (c) Demonstração do Resultado Abrangente do período;
- (d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do período;
- (e) Demonstração de Fluxo de Caixa do período;
- (f) Notas Explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias, bem como, conciliações entre informações societárias e regulatórias; e
- (g) Balanço Patrimonial no início do período mais antigo comparativamente apresentado quando a entidade aplica uma política contábil retroativamente ou procede à reapresentação de itens das Demonstrações Contábeis, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas Demonstrações Contábeis.

Essas informações de natureza quantitativa só podem ser interpretadas adequadamente acrescentando-lhes informações de natureza qualitativa sob a forma de notas explicativas, que ampliam o entendimento dos itens das Demonstrações Contábeis ao prover descrições narrativas e detalhamentos além de comentários sobre a época e o grau de certeza de sua geração.

As notas explicativas que são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias devem contemplar as referências às notas explicativas societárias que são parte das Demonstrações Contábeis

Societárias e as notas explicativas regulatórias, as quais são resultantes dos requisitos da prática contábil regulatória apresentados nesse Manual e, conseqüentemente, originadas da diferença entre a prática contábil societária e a prática contábil regulatória. As principais notas explicativas regulatórias estão descritas no tópico 9.2.3.6 abaixo.

Todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias devem ser apresentadas de forma comparativa em relação ao exercício e/ou período anterior. Devem ser comparativas, quando aplicável, também as informações contidas nas notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias, as informações complementares, as Demonstrações Contábeis, o Relatório da Administração ou outros quadros analíticos. É requerida a divulgação da natureza, valor e razão de qualquer reclassificação dos valores comparativos.

Demonstração do Fluxo de Caixa

O CPC 3 permite que as entidades divulguem fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais utilizando o método direto ou o método indireto. Para fins de Demonstrações Contábeis Regulatórias, o método pode ser o direto ou indireto.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

	Regulatório (R\$ milhares)	
	2 0 1 6	2 0 1 5
ATIVO		
CIRCULANTE	27.011	26.980
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.562	738
Consumidores	14.107	15.282
Serviços em Curso	611	905
Tributos Compensáveis	543	862
Depósitos Judiciais e Cauções	61	48
Almoxarifado Operacional	337	308
Ativos Regulatórios	2.495	4.149
Despesas Pagas Antecipadamente	141	314
Outros Ativos Circulantes	5.154	4.374
NÃO CIRCULANTE	64.549	66.274
Tributos Compensáveis	113	279
Depósitos Judiciais e Cauções	371	169
Investimentos Temporários	288	290
Ativos Regulatórios	-	3.272
Despesas Pagas Antecipadamente	136	245
Outros Ativos não Circulantes	658	454
	1.566	4.709
Imobilizado	59.235	58.018
Intangíveis	3.748	3.547
TOTAL DO ATIVO	91.560	93.254

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

	Regulatório (R\$ milhares)	
	2 0 1 6	2 0 1 5
PASSIVO		
CIRCULANTE	42.134	34.731
Fornecedores	6.048	6.989
Empréstimos e Financiamentos	8.811	8.508
Obrigações Sociais e trabalhistas	1.122	1.002
Tributos	13.040	6.605
Dividendos Declarados	34	34
Encargos Setoriais	10.580	10.682
Passivos Regulatórios	1.950	18
Outros Passivos Circulantes	549	893
NÃO CIRCULANTE	49.426	50.682
Fornecedores	1.479	2.096
Empréstimos e Financiamentos	23.117	24.724
Tributos	8.464	11.507
Provisões para Litígios	1.501	1.426
Passivos Regulatórios	-	3.272
Outras Obrigações	-	118
Obrigações Vinculadas a Concessão	8.343	7.539
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.522	7.841
Capital Social	8.300	8.300
Reservas de Capital	142	124
Outros Resultados Abrangentes	7.122	5.981
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-9.042	-6.563
TOTAL DO PASSIVO	91.560	93.254



Eletrocar

www.eletrocar.com.br

Telefone: (54) 3329 - 9900 Fax: (54) 3329 - 9945

Av. Pátria, 1351 - Bairro Sommer - Carazinho/RS

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Regulatório (R\$ milhares)	
	2 0 1 6	2 0 1 5
RECEITA / INGRESSO	117.368	118.769
Fornecimento de Energia Elétrica	110.878	108.425
Ativos e Passivos Regulatórios	(256)	2.754
Serviços Cobráveis	301	225
Doações, Contr. E Subvenções Vinculadas	5.085	5.734
Outras Receitas	1.360	1.631
Tributos	(39.218)	(35.882)
Icms	28.236	24.905
Pis/Pasep	1.951	1.952
Cofins	8.996	8.992
Iss	35	33
Encargos - Parcela A	(12.866)	(19.832)
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	320	338
Programa de Eficiência Energética – PEE	320	338
ContaDesenvolvimento Econômico – CDE	10.263	12.177
Bandeiras Tarifárias	1.829	6.857
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia	134	122
	52.083	55.714
RECEITA LÍQUIDA / INGRESSO LÍQUIDO	65.284	63.055
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS-PARCELA A	(39.998)	(43.985)
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	35.994	39.697
Encargo Transmissão, Conexão e Distribuição	2.524	3.169
Encargos e demais Despesas Setoriais	1.480	1.119
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis	25.286	25.927
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA B	(21.091)	(19.920)
Pessoal e Administradores	13.076	11.523
Material	938	775
Serviço de Terceiro	2.335	1.908
Arrendamento e aluguéis	58	54
Seguros	61	50
Provisões	526	627
Perdas na alienação de bens e direitos	172	239
(-) Recuperação de despesas	-328	-269
Tributos	66	57
Depreciação e Amortização	2.136	1.970
Gastos Diversos	1.985	2.867
Outras Despesas Operacionais	66	119
Resultado da Atividade	4.195	6.008
Resultado Financeiro	(6.674)	(9.038)
Receita Financeira	2.934	2.694
Despesa Financeira	9.608	11.732
RESULTADO ANTES IMPOSTOS S/LUCROS	(2.479)	(3.030)
Contribuição Social	0	0
Imposto de Renda	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.479)	(3.030)

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	Regulatório (R\$ milhares)	
	2 0 1 6	2 0 1 5
Atividades Operacionais:		
Lucro líquido do exercício	(2.479)	(3.030)
Despesas/receitas que não afetam o caixa:		
Depreciação/Amortização	2.136	1.970
Baixas Ativo Intangível	(66)	0
Provisão p/Créditos Liquidação Duvidosa	526	454
	2.596	2.424
Geração bruta de caixa	117	(606)
Variações nas contas do ativo circulante e realizável longo prazo		
Consumidores	(1.175)	(2.612)
Impostos a Compensar	(319)	(5)
Estoque	29	779
Despesas Antecipadas	(173)	1.018
Serviços em Curso	(294)	219
Ativo Não Circulante	(4.797)	7.353
Créditos a Receber e Outros	793	(8.871)
	(5.936)	(2.119)
Variações nas contas do passivo circulante e exigível longo prazo		
Fornecedores	(1.558)	(6.561)
Folha de Pagamento	120	1.002
Tributos	3.392	9.351
Taxas Regulamentares	1.830	6.350
Demais Passivos	(2.855)	(11.963)
	929	(1.137)
Geração operacional de caixa	6.982	(3.862)
Atividades de investimentos e financiamentos		
Investimentos no ativo permanente	(3.658)	(4.459)
Contribuição e doação do consumidor	804	979
Empréstimos e Financiamentos	(1.034)	6.054
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	-	(2)
	(4.158)	2.572
Geração líquida de caixa	2.824	(1.290)
Saldo das disponibilidades		
No início do período	738	2.028
No fim do período	3.562	738
Aumento (redução) nas disponibilidades	2.824	(1.290)

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Realizado Atualizado	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDO EM 31.12.2014	8.300	22	6.357	-	(3.533)	11.146
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Reservas	-	102	(376)	-	-	(274)
Lucro ou Prejuízo no Exercício	-	-	-	-	(3.030)	(3.030)
SALDO EM 31.12.2015	8.300	124	5.981	-	(6.563)	7.842
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Reservas	-	19	1.141	-	-	1.160
Lucro ou Prejuízo no Exercício	-	-	-	-	(2.479)	(2.479)
SALDO EM 31.12.2016	8.300	143	7.122	-	(9.042)	6.522

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um

ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Eletrocar. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de

energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- (a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- (b) Consumidores comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- (c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Consumidores e Concessionária: Composição das Contas a Receber (R\$ mil)

Descrição	A Vencer	Vencida				Provisão Dev.	Renegociadas a Vencer		Renegociadas Vencidas		Provisão Dev.	Total	Total
	Até 60 dias	até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	Duvidosos	Até 60 dias	+ 60 dias	Até 60 dias	+ 60 dias	Duvidosos	2016	2015
Residencial	2.470	1.244	63	110	425	635	817	30	15	38	25	4.552	4.508
Industrial	1.508	221	2	1	154	318	7	20	4	26	9	1.616	2.456
Comercial	2.044	500	225	410	1.086	720	310	5	2	41	9	3.894	3.794
Rural	579	80	5	10	24	117	7	1	-	1	2	588	786
Poderes Públicos	66	7	-	-	-	-	-				-	73	115
Iluminação Pública	18	59	-	-	-	-						77	325
Serviço Público	190	5	-	-	-	-						195	239
Fornecimento Não Faturado	2.263	-	-	-	-	-						2.263	2.619
(-) Arrecadação Proc Classif	(112)	-	-	-	-	-						(112)	(59)
Serviços Cobráveis	24	28	5	7	28	-						92	66
Participação Financeira	86	3	-	12	32	-						133	171
Encargos Tarifários	-	-	-	-	7	-						7	6
Outros	596	61	10	20	42	-						729	255
Total	9.732	2.208	310	570	1.798	1.790	1.141	56	21	106	45	14.107	15.282

Em 2016, Contas a Receber teve um saldo de R\$ 14.107, contra R\$ 15.282 (resultado do exercício 2015).

Imobilizado: Composição do Imobilizado e Imobilizado em Curso

A composição do imobilizado ocorreu conforme a seguinte tabela:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO										Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015					
Geração	2.085,64	62,69	33,78	-65,55	6.996,60	9.045,61	-36,64	6.305,63	2.739,97	2.717,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos	8,78	0,00	0,00	0,00	1.133,86	1.142,65	0,00	0,00	1.142,65	1.142,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservatórios, barragens e adutoras	245,42	0,00	0,00	0,00	3.689,10	3.934,52	0,00	3.784,85	149,67	153,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	129,97	0,00	0,00	0,00	918,73	1.048,70	0,00	880,96	167,73	172,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e equipamentos	1.692,91	62,69	33,55	-65,52	1.253,75	2.910,28	-36,38	1.630,56	1.279,71	1.247,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Veículos	7,68	0,00	0,23	0,00	0,86	8,31	-0,23	8,11	0,20	1,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Móveis e utensílios	0,87	0,00	0,00	-0,02	0,28	1,12	-0,02	1,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição	65.057,20	4.640,37	874,03	64,43	6.184,75	72.950,68	3.830,77	22.367,26	50.583,41	49.946,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos	15,00	0,00	0,00	0,00	-8,73	6,26	0,00	0,00	6,26	6,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	570,09	0,00	0,00	0,00	779,05	1.349,15	0,00	933,91	415,23	417,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e equipamentos	62.845,65	4.370,37	753,96	64,43	5.280,68	69.685,13	3.680,84	20.664,98	49.020,14	48.860,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Veículos	1.510,76	270,00	118,88	0,00	96,16	1.758,04	151,12	663,36	1.094,67	609,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Móveis e utensílios	115,69	0,00	1,18	0,00	37,58	152,08	-1,18	104,99	47,08	52,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	2.801,67	32,71	8,94	1,11	1.693,58	4.520,14	24,88	1.116,49	3.403,65	3.504,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos	2,07	0,00	0,00	0,00	1.455,13	1.457,20	0,00	0,00	1.457,20	1.457,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.784,07	0,00	0,00	0,00	137,96	1.922,03	0,00	462,19	1.459,84	1.521,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e equipamentos	753,37	32,71	8,72	1,11	66,91	845,38	25,10	431,35	414,03	433,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Veículos	144,86	0,00	0,00	0,00	11,19	156,05	0,00	140,72	15,32	29,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Móveis e utensílios	117,28	0,00	0,21	0,00	22,38	139,45	-0,21	82,21	57,24	62,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Móveis e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SubTotal:	69.944,53	4.735,77	916,75	0,00	14.874,93	86.516,44	3.819,02	29.789,39	56.727,04	56.168,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO										Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015					
Geração	0,00	101,77	101,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e equipamentos	0,00	60,86	60,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras em andamento	0,00	40,90	40,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição	719,99	4.612,07	3.950,60	0,00	0,00	1,38	661,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e equipamentos	719,99	3.357,42	2.695,95	0,00	0,00	1,38	661,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Veículos	0,00	270,00	270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Móveis e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transformação, fabricação e reparo de materiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras em andamento	0,00	984,64	984,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	20,70	12,01	32,71	0,00	0,00	0,00	-20,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e equipamentos	20,70	12,01	32,71	0,00	0,00	0,00	-20,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Móveis e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	172,95	172,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras em andamento	0,00	172,95	172,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SubTotal:	740,69	4.898,81	4.258,04	0,00	0,00	1,38	640,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Ativo Imobilizado	70.685,22	9.634,59	5.174,80	0,00	0,00	0,00	4.459,79	29.789,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Composição do Intangível

A composição do intangível ocorreu é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	COMPOSIÇÃO DO INTANGÍVEL					Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
					Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização Acum.						
Distribuição	2.944,72	102,75	0,00	0,00	58,30	3.105,79	102,75	193,92		2.911,86	2.727,12	0,00	0,00	0,00
Servidões	2.561,14	102,75	0,00	0,00	19,32	2.683,23	102,75	0,00		2.683,23	2.580,47	0,00	0,00	0,00
Software	383,58	0,00	0,00	0,00	38,97	422,56	0,00	193,92		228,63	146,65	0,00	0,00	0,00
Administração	543,30	0,00	0,00	0,00	99,20	642,50	0,00	169,92		472,58	9,95	0,00	0,00	0,00
Software	543,30	0,00	0,00	0,00	99,20	642,50	0,00	169,92		472,58	9,95	0,00	0,00	0,00
SubTotal:	3.488,02	102,75	0,00	0,00	157,51	3.748,30	102,75	363,85		3.384,45	2.737,07	0,00	0,00	0,00
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	COMPOSIÇÃO DO INTANGÍVEL					Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
					Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização Acum.						
Distribuição	102,75	0,00	102,75	0,00	0,00	0,00	-102,75	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidões	102,75	0,00	102,75	0,00	0,00	0,00	-102,75	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SubTotal:	102,75	0,00	102,75	0,00	0,00	0,00	-102,75	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Ativo Imobilizado	3.590,78	102,75	102,75	0,00	0,00	0,00	0,00	363,85		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Composição da Conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição

A composição da conta Máquinas e Equipamentos é como segue:

DEMONSTRA A COMPOSIÇÃO DA CONTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)
AIS BRUTO	62.845,65	4.370,37	753,96		64,43	5.280,68	69.685,13
Transformador de distribuição	3.232,35	628,51	182,03		0,00	400,89	446,48
Medidor	3.050,60	201,16	290,07		4,74	512,13	-84,17
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	26.733,41	855,10	11,01		0,00	-286,55	26.387,09
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	831,77	621,38	0,00		56,53	3,65	1.504,29
Redes Alta Tensão (69 kV)	4.616,20	100,85	3,43		0,00	11,47	4.269,10
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	0,00	7,61	0,00		0,00	0,00	7,61
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Demais máquinas e equipamentos	24.381,30	1.955,72	267,39		3,15	4.639,08	29.958,73
Obrigações Especiais do AIS Bruto	7.539,49	(2.252,86)	(1.449,08)		0,00	0,00	8.343,27
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	7.539,49	(2.252,86)	(1.449,08)		0,00	0,00	8.343,27

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES DE DEPRECIAÇÃO

		2016		2015
		Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Geração				
	Custo histórico	2.049.005,11	771.046,34	1.277.958,77
	Reavaliação	6.996.605,59	5.534.585,91	1.386.582,73
Distribuição				
	Custo histórico	69.813.418,51	19.627.277,87	49.976.392,32
	Reavaliação	6.243.058,16	2.933.918,65	2.697.106,42
Administração				
	Custo histórico	3.369.863,15	1.839.848,22	1.627.733,43
	Reavaliação	1.792.791,70	-553.432,89	1.887.019,65
		90.264.742,22	30.153.244,10	58.905.454,42
Em curso				
Distribuição			1.381.466,28	822.755,47
		0,00	0,00	0,00
Administração			0,00	20.700,00
		0,00	0,00	0,00
			1.381.466,28	843.455,47
			54.375.580,62	53.778.201,09

Adições do Ativo Imobilizado em Curso

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO EM CURSO

<u>Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil</u>	<u>Material / Equipamentos</u>	<u>Serviços de terceiros</u>	<u>Mão de obra própria</u>	<u>Outros gastos</u>	<u>Total</u>
Máquinas e equipamentos	2.073,23	682,91	279,03	103,87	3.139,05
Veículos	270,00	0,00	0,00	0,00	270,00
Total das adições	2.343,23	682,91	279,03	103,87	3.409,05

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 605 de 11/03/2014, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Gerador	3,33%
Turbina hidráulica	2,50%
Reservatório, barragens e ad	2,00%
Distribuição	
Transformador de distribuição	4,00%
Medidor	7,69%
Estrutura do sistema	3,57%
Condutor do sistema	3,57%
Regulador de tensão	4,35%
Religador de tensão	4,00%
Banco de capacitores	6,67%
Administração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de inform.	16,67%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositados em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período tarifário (29/06/15), entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” utiliza os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores, vigorando para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:



A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/15	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/16	Valores em Amortização	Valores em Constituição
Cva Ativa	3.405	1.422	(5.672)	260	2.598	2.013	1.401	613
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	1.794	920	(4.241)	117	2.503	1.093	527	566
Custo da Energia de Itaipu								
Proinfa	35	180	(114)	8		109	109	-
Transporte Rede Básica	270	58	(231)	9	(49)	57	10	47
Transporte de Energia - Itaipu						-		
ESS						-		
CDE	1.306	264	(1.086)	126	144	754	755	-
CFURH								
Demais Ativos Financeiros Setoriais	743	125	(387)	-	-	481	370	111
Neutralidade da Parcela A	743	125	(387)			481	370	111
Outros								
Total Ativos Financeiros Setoriais	4.149	1.547	(6.059)	260	2.598	2.495	1.771	724

Empréstimos e Financiamentos - Abertura do Endividamento – R\$ Mil

2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	8.811	23.117	31.929	Selecionar	Selecionar	Selecionar		Selecionar		Selecionar	Selecionar	6.722	5.531	4.370	2.109	1.776	2.609	23.117
2.1	Linha 01 - Instituições Financeiras/Rotativo	-	-	-	Sim	Recebíveis	CDI	1,52%	Mensal	20/12/12	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-
2.2	Linha 02 - Banrisul LP	909	167	1.076	Sim	Recebíveis	CDI	1,50%	Mensal	20/12/19	Mensal		79	68	20	-	-	-	167
2.3	Linha 03 - Eletrobras ECF 2982/11	934	6.930	7.864	Sim	Recebíveis	RGR	5,00%	Mensal	11/05/25	Mensal		934	935	934	934	934	2.259	6.930
2.4	Linha 05 - Eletrobras ECF 0047/04	-	-	-	Sim	Recebíveis	RGR	5,00%	Mensal	31/07/16	Mensal		-	-	-	-	-	-	-
2.5	Linha 06 - Eletrobras ECF 0166/06	2	2	4	Sim	Recebíveis	RGR	5,00%	Mensal	30/02/19	Mensal		2	-	-	-	-	-	2
2.6	Linha 08 - Eletrobras ECF 2726/08	-	-	-	Sim	Recebíveis	RGR	5,00%	Mensal	30/10/12	Mensal		-	-	-	-	-	-	-
2.7	Linha 10 - CEF Bndes	537	1.667	2.204	Sim	Recebíveis	CDI	0,33%	Mensal	22/02/21	Mensal		527	527	527	86	-	-	1.667
2.8	Linha 11 - Santander	1.546	1.030	2.576	Sim	Recebíveis	CDI	0,30%	Bimestral	20/04/18	Mensal		1.030	-	-	-	-	-	1.030
2.9	Linha 12 - Sicredi	-	-	-	Sim	Recebíveis	CDI	0,45%	Mensal	20/11/15	Mensal		-	-	-	-	-	-	-
2.10	Linha 13 - Badesul	870	4.560	5.431	Sim	Aval/Fiança	TJLP	4,90%	Mensal	15/05/23	Mensal	SAC	842	842	842	842	842	350	4.560
2.11	Linha 14 - Itau	-	-	-	Sim	Recebíveis	CDI	18,45%	Mensal	29/09/16	Mensal		-	-	-	-	-	-	-
2.12	Linha 15 - Itau	194	149	344	Sim	Recebíveis	Não há	26,08%	Mensal	30/10/18	Mensal	SAC	149	-	-	-	-	-	149
2.13	Linha 17 - Santander	1.310	3.821	5.131	Sim	Recebíveis	CDI	7,70%	Trimestral	17/11/20	Mensal	SAC	1.679	1.621	522	-	-	-	3.822
2.14	Linha 18 - Banrisul	1.518	-	1.518	Sim	Recebíveis	CDI	15,94%	Mensal	15/12/17	Mensal	SAC	-	-	-	-	-	-	-
2.15	Linha 15 - Cef	476	4.654	5.130	Sim	Recebíveis	CDI	0,00%	Trimestral		Mensal	SAC	1.428	1.486	1.493	247			4.654
2.16	Linha 16 - Banrisul	457	136	593	Sim	Aval/Fiança	Não há	2,40%	Mensal	10/07/20	Mensal	Price	52	52	32	-	-	-	136
2.17	Linha 17 - Consumidores	58	-	58	Sim	Não há	ficar em obs.	0,50%	Mensal		Mensal		-	-	-	-	-	-	-
2.18	Linha 18			-															-
2.19	Linha 19			-															-
2.20	Outros (somar as demais)			-															-
3	Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	6.764	8.464	15.228									4.900	2.406	1.128	1.217	1.376	5.556	16.582
3.1	União	173	626	800	Selecionar	Selecionar	Selecionar		Selecionar		Selecionar	Selecionar	166	155	155	155	214	-	845
3.1.1	União 02 - Pis/Pasep - Refis da Copa	23	175	198	Sim		Selic		Mensal	30/08/24	Mensal	Price	56	45	45	45	214	-	406
3.1.2	União 02 - Pis/Pasep - Parcelamento	27	80	107	Sim		Selic		Mensal	30/12/20	Mensal	Price	19	19	19	19	-	-	78
3.1.3	União 03 - Cofins - Parcelamento	124	371	494	Sim		Selic		Mensal	31/12/20	Mensal	Price	90	90	90	90	-	-	361
3.1.4	União 04			-															-
3.1.5	União 05			-															-
3.2	Estado	6.591	7.838	14.428	Selecionar	Selecionar	Selecionar		Selecionar		Selecionar	Selecionar	4.734	2.251	973	1.062	1.162	5.556	15.737
3.2.1	Estado 01 - Icms	6.591	7.838	14.428	Sim	Outras	ficar em obs.		Mensal	25/04/25	Mensal	SAC	4.734	2.251	973	1.062	1.162	5.556	15.737
3.2.2	Estado 02			-															-
3.2.3	Estado 03			-															-
3.3	Município			-															-

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

ATIVOS FINANCEIROS													Atividade: CONSOLIDADO DAS						
LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente?		Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Frequência Pgto Juros	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização						
													2018	2019	2020	2021	2022	2023+	Total
9	Ativos Financeiros	3.562	288	3.850									-	-	-	-	-	-	-
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	3.562	288	3.850	Selecionar		Selecionar		Selecionar		Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-
9.1.1	Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	3.562		3.562															
9.1.2	Aplic. Financ. CDB			-															
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI			-															
9.1.4	Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.			-															
9.1.5	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01		288	288															-
9.1.6	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02			-															-
9.1.7	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 03			-															-
9.1.8	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 04			-															-
9.1.9	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 05			-															-
9.1.10	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 06			-															-
9.2	Mútuos Ativos	-	-	-	Selecionar		Selecionar		Selecionar		Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-
9.2.1	Mútuo 01			-															-
9.2.2	Mútuo 02			-															-
9.2.3	Mútuo 03			-															-
9.2.4	Mútuo 04			-															-
9.2.5	Mútuo 05			-															-
9.2.6	Mútuo 06			-															-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

LIN	RESUMO	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
11	(+) Dívida Bruta	15.575	31.581	47.157
11.1	Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	8.811	23.117	31.929
11.3	Tributária	6.764	8.464	15.228
11.4	Fundo de Pensão	-	-	-
11.5	Intra-setoriais	-	-	-
11.6	Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-
11.7	Diversos	-	-	-
11.8	Intra-setoriais Corrente em Atraso	-		-
11.9	Tributária Corrente em Atraso	-		-
12	(-) Ativos Financeiros	(3.562)	(288)	(3.850)
12.1	Alta Liquidez	(3.562)		(3.562)
12.2	Demais Aplicações Financeiras	-	(288)	(288)
12.3	Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-
13	(+) Dívida Líquida I	12.013	31.293	43.307
14	(+/-) Derivativos / Fair Value	-		-
15	(+) Dívida Líquida II	12.013	31.293	43.307

Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2015	420	435	-	-	-	571	1.426
Constituição	50	25	-	-	-	-	75
Pagamentos	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos de Causa / Ajustes Probabilidades	-	-	-	-	-	-	-
Atualização Monetária	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	470	460	-	-	-	571	1.501
Circulante	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	470	460	-	-	-	571	1.501

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais	Depreciação - Taxa Média Anual	Saldo	
		2.016	2.015
Em serviço		6.258.121,08	5.678.423,48
Participação da União, Estados e Municípios		286.484,23	286.484,23
Participação Financeira do Consumidor		4.159.413,11	3.579.715,51
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		951.315,53	951.315,53
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-
Universalização do Serviço Público de EE		131.576,17	131.576,17
Outros		729.332,04	729.332,04
Ultrapassagem de demanda		-	-
Excedente de reativos		-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-
Outros		729.332,04	729.332,04
(-) Amortização Acumulada - AIS		1.604.189,92	1.345.667,68
Participação da União, Estados e Municípios		88.865,88	76.066,77
Participação Financeira do Consumidor		1.030.348,89	863.818,35
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		338.004,96	296.433,29
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-
Universalização do Serviço Público de EE		45.916,94	40.167,20
Outros		101.053,25	69.182,07
Em curso		3.689.339,25	3.206.738,65
Participação da União, Estados e Municípios		-	-
Participação Financeira do Consumidor		1.486.457,64	1.553.367,02
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-
Universalização do Serviço Público de EE		-	-
Valores Pendentes de Recebimento		132.697,86	171.361,67
Valores Não Aplicados		163.581,90	183.898,60
Outros		1.906.601,85	1.298.111,36
Ultrapassagem de demanda		638.089,05	439.839,23
Excedente de reativos		1.268.512,80	858.272,13
Diferença das perdas regulatórias		-	-
Outros		-	-
Total		8.343.270,41	7.539.494,45

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Em serviço	5.678	580	-	-	-	6.258	580	(259)	5.999	4.626
Participação da União, Estados e Municípios	286	-	-	-	-	286	-	(13)	273	226
Participação Financeira do Consumidor	3.580	580	-	-	-	4.160	580	(166)	3.994	2.903
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	951	-	-	-	-	951	-	(42)	909	707
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	132	-	-	-	-	132	-	(6)	126	99
Outros	729	-	-	-	-	729	-	(32)	697	691
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	729	-	-	-	-	729	-	(32)	697	690
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em curso	3.206	1.673	(1.190)	-	-	3.689	1.719	-	3.372	3.206
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	1.553	618	(685)	-	-	1.486	(67)	-	1.486	1.553
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	171	219	(257)	-	-	133	(38)	-	133	171
Valores Não Aplicados	184	190	(210)	-	-	164	1.216	-	3.812	184
Outros	1.298	646	(38)	-	-	1.906	608	-	1.906	1.298
Ultrapassagem de demanda	440	206	(8)	-	-	638	198	-	638	440
Excedente de reativos	858	440	(30)	-	-	1.268	410	-	1.268	858
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	8.884	2.253	(1.190)	-	-	9.947	2.299	(259)	13.336	7.832

Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 representa R\$ 8.300 Mil e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Composição Acionistas	Espécie	Nº Ações		Capital Social R\$	%
		2015	2014		
<i>Prefeitura M. de Carazinho</i>	ON	1.442.100	1.442.100	7.368.624,57	94,5680
<i>Roberto Neves Rodrigues</i>	ON	15.400	15.400	80.517,22	1,0099
<i>Prefeitura M. de Chapada</i>	ON	34.041	34.041	177.634,86	2,2323
<i>Prefeitura M. de Selbach</i>	ON	12.386	12.386	64.829,94	0,8122
<i>Prefeitura M. de Colorado</i>	ON	86	86	467,97	0,0056
<i>Diversos</i>	PN	20.922	20.922	607.925,44	1,3720
Total	//////	1.524.935	1.524.935	8.300.000,00	100,000

As ações preferenciais "A" não possuem direito a voto, porém detêm prioridade no reembolso do capital e o direito ao recebimento de dividendos de 10% ao ano, não cumulativos, calculados sobre o capital representado pelas ações desta classe.

As ações preferenciais "B" possuem basicamente os mesmos direitos das ações "A", exceto quanto aos dividendos mínimos, os quais são calculados com base em 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

Receita Operacional Bruta

	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento - Faturado	36.468	36.069	176.539	173.692	111.837	115.313
Residencial	28.237	27.936	58.229	56.273	45.138	44.158
Industrial	205	206	40.628	39.180	20.761	22.900
Comercial	3.684	3.653	40.021	41.415	29.303	30.736
Rural	3.929	3.900	19.641	18.977	7.929	8.308
Poder público	375	337	3.748	3.598	2.701	2.675
Iluminação pública	9	9	9.166	8.812	3.475	3.686
Serviço público	20	20	4.877	5.220	2.530	2.850
Consumo Próprio	9	8	229	217	-	-
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	-	-
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	-	-
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	-	-
Total	36.468	36.069	176.539	173.692	118.135	125.188

Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2.016	2.015
Pessoal		
Remuneração	5.786	5.189
Encargos	2.636	2.296
Previdência privada – Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	255	13
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		
Outros benefícios – Corrente	2.365	2.096
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	1.209	1.096
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	824	832
Benefícios dos administradores	1	1
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	13.076	11.523

Revisão Tarifária Periódica

Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboramos pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1.904 de 23 de junho de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada resultantes do processo de reajuste tarifário de 2016, cujo reajuste médio foi de 36,34%, correspondendo a um efeito médio de -3,53% percebido pelos consumidores.



www.eletrocar.com.br
Telefone: (54) 3329 - 9900 Fax: (54) 3329 - 9945
Av. Pátria, 1351 - Bairro Sommer - Carazinho/RS



A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Remuneração do Capital e Quota de Reintegração		Valores
(1)	Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	44.172.618
(2)	Índice de Aproveitamento Integral	74.627
(3)	Obrigações Especiais Brutas	9.249.103
(4)	Bens Totalmente Depreciados	9.410.185
(5)	Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	25.438.703
(6)	Depreciação Acumulada	21.009.218
(7)	AIS Líquidos (Valor de Mercado em Uso)	23.163.400
(8)	Índice de Aproveitamento Depreciado	40.151
(9)	Valor da Base de Remuneração (VBR)	23.123.249
(10)	Almoxarifado em Operação	537.430
(11)	Ativo Diferido	-
(12)	Obrigações Especial Líquida	7.848.659
(13)	Terrenos e Servidões	1.482.132
(14)	Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	17.294.151
(15)	Saldo RGR PLPT	-
(16)	Saldo RGR Demais Investimentos	3.339.666
(17)	Taxa de Depreciação	3,78%
(18)	Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (17)	961.502
(19)	WACC real antes de impostos	11,36%
(20)	Taxa RGR PLPT 1,35%	1,35%
(21)	Taxa RGR Demais Investimentos	3,62%
(22)	Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	1.706.125

Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo

Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição Valores

- (1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)
- (2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)
- (3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)
- (4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)
- (5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)
- (6) Anuidade - Veículos (CAV)
- (7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)
- (8) CAIMI = (5)+(6)+(7)

Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias. A conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário se dá conforme a tabela a seguir.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS						
	2 0 1 6			2 0 1 5		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
A T I V O						
CIRCULANTE.....	28.496.884,37	1.485.828,84	27.011.055,53	28.724.269,28	1.744.556,40	26.979.712,88
Consumidores, Concessionárias e F.....	14.106.938,65	0,00	14.106.938,65	15.282.269,49	0,00	15.282.269,49
Despesas Antecipadas	141.401,18	0,00	141.401,18	314.072,59	0,00	314.072,59
Outros Ativos Circulantes não afetad.....	14.248.544,54	1.485.828,84	12.762.715,70	13.127.927,20	1.744.556,40	11.383.370,80
NÃO CIRCULANTE	5.941.006,43	4.374.830,80	1.566.175,63	53.818.251,47	49.109.108,47	4.709.143,00
Ativo Financeiro da Concessão	4.374.830,80	4.374.830,80	0,00	49.109.108,47	49.109.108,47	0,00
Outros Ativos não Circulantes não a.....	1.566.175,63	0,00	1.566.175,63	4.709.143,00	0,00	4.709.143,00
IMOBILIZADO	0,00	(62.983.142,86)	62.983.142,86	0,00	-61.565.341,94	61.565.341,94
Em Serviço	0,00	(90.269.635,31)	90.269.635,31	0,00	-89.625.263,00	89.625.263,00
(-) Reintegração Acumulada	0,00	30.153.787,57	-30.153.787,57	0,00	30.647.932,93	-30.647.932,93
(-) Obrigações Especiais Vinculadas.....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Curso	0,00	(2.867.295,12)	2.867.295,12	0,00	-2.588.011,87	2.588.011,87
INTANGÍVEIS	71.759.895,41	71.759.895,41	0,00	26.960.493,01	26.960.493,01	0,00
Em Serviço	70.378.429,13	70.378.429,13	0,00	26.117.037,54	26.117.037,54	0,00
Em Curso	1.381.466,28	1.381.466,28	0,00	843.455,47	843.455,47	0,00
TOTAL DO ATIVO	106.197.786,21	14.637.412,19	91.560.374,02	109.503.013,76	16.248.815,94	93.254.197,82
P A S S I V O						
CIRCULANTE	42.134.302,16	0,00	42.134.302,16	34.730.724,22	0,00	34.730.724,22
Passivos Regulatórios	1.949.787,03	0,00	1.949.787,03	17.822,85	0,00	17.822,85
Outros passivos Circulantes não af.....	40.184.515,13	0,00	40.184.515,13	34.712.901,37	0,00	34.712.901,37
NÃO CIRCULANTE	34.560.955,14	(8.343.270,41)	42.904.225,55	43.142.483,04	(7.539.494,45)	50.681.977,49
Passivos Regulatórios	0,00	0,00	0,00	3.272.043,88	0,00	3.272.043,88
Outros passivos não Circulantes não.....	34.560.955,14	0,00	34.560.955,14	39.870.439,16	0,00	39.870.439,16
Obrigações Vinculadas a Concessã.....	0,00	(8.343.270,41)	8.343.270,41	0,00	-7.539.494,45	7.539.494,45
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.502.528,91	22.980.682,60	6.521.846,31	31.629.806,50	23.788.310,39	7.841.496,11
Capital Social	8.300.000,00	0,00	8.300.000,00	8.300.000,00	0,00	8.300.000,00
Reservas de Capital	142.496,79	0,00	142.496,79	123.596,02	0,00	123.596,02
Ajustes de Avaliação	30.102.183,23	22.980.682,60	7.121.500,63	29.769.341,53	23.788.310,39	5.981.031,14
Reserva de Lucros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	(9.042.151,11)	0,00	-9.042.151,11	-6.563.131,05	0,00	-6.563.131,05
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO.....	106.197.786,21	14.637.412,19	91.560.374,02	109.503.013,76	16.248.815,94	93.254.197,82
DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO						
	2 0 1 6			2 0 1 5		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Receita Operacional Bruta	120.611.614,56	3.243.603,22	117.368.011,34	130.220.842,22	4.595.424,78	125.625.417,44
Fornecimento de Energia Elétrica	110.877.902,45	0,00	110.877.902,45	115.281.798,67	0,00	115.281.798,67
Receita de Construção	3.243.603,22	3.243.603,22	0,00	4.595.424,78	4.595.424,78	0,00
Receita de Compensação Tarifária	(255.844,99)	0,00	-255.844,99	2.753.509,68	0,00	2.753.509,68
Doações, Contr. e Subvenções Vinc.....	5.084.544,13	0,00	5.084.544,13	5.733.618,72	0,00	5.733.618,72
Outras Receitas Vinculadas	1.661.409,75	0,00	1.661.409,75	1.856.490,37	0,00	1.856.490,37
(-) Deduções à Receita Operacional.....	52.084.758,80	0,00	52.084.758,80	55.713.911,78	0,00	55.713.911,78
Tributos e Encargos	39.218.347,35	0,00	39.218.347,35	35.881.568,87	0,00	35.881.568,87
Federais	10.947.234,68	0,00	10.947.234,68	10.943.678,36	0,00	10.943.678,36
Estaduais e Municipais	28.271.112,67	0,00	28.271.112,67	24.937.890,51	0,00	24.937.890,51
Encargos da Parcela "A"	12.866.411,45	0,00	12.866.411,45	19.832.342,91	0,00	19.832.342,91
Quota p/Reserva Global de Revers.....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	320.364,01	0,00	320.364,01	337.653,68	0,00	337.653,68
Bandeiras Tarifárias	1.829.215,25	0,00	1.829.215,25	6.856.535,09	0,00	6.856.535,09
Conta de Desenvolvimento Energét.....	10.263.006,45	0,00	10.263.006,45	12.177.404,36	0,00	12.177.404,36
Programa de Eficiência Energética.....	320.364,02	0,00	320.364,02	337.653,67	0,00	337.653,67
Outros Encargos	133.461,72	0,00	133.461,72	123.096,11	0,00	123.096,11
Receita Operacional Líquida	68.526.855,76	3.243.603,22	65.283.252,54	74.506.930,44	4.595.424,78	69.911.505,66
Custos Não Gerenciáveis - Parcela.....	43.240.773,06	3.243.603,22	39.997.169,84	48.579.472,99	4.595.424,78	43.984.048,21
Energia Elétrica Comprada para Rev.....	35.993.978,06	0,00	35.993.978,06	39.696.570,41	0,00	39.696.570,41
Energia Elétrica Comprada para Rev.....	1.479.595,08	0,00	1.479.595,08	1.118.863,20	0,00	1.118.863,20
Encargos de Uso do Sistema de Tra.....	2.523.596,70	0,00	2.523.596,70	3.168.614,60	0,00	3.168.614,60
Despesa de Construção	3.243.603,22	3.243.603,22	0,00	4.595.424,78	4.595.424,78	0,00
CFURH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Materia-Prima/Insumo para Geração E.....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Subvenção - CCC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes dos custos gerenc.....	25.286.082,70	0,00	25.286.082,70	25.927.457,45	0,00	25.927.457,45
Custos Gerenciáveis - Parcela "B".....	21.090.746,33	0,00	21.090.746,33	19.919.581,39	0,00	19.919.581,39
Pessoal e Administradores	13.075.767,42	0,00	13.075.767,42	11.522.579,92	0,00	11.522.579,92
Material	938.334,57	0,00	938.334,57	803.020,85	0,00	803.020,85
Serviço de Terceiro	2.334.964,01	0,00	2.334.964,01	1.908.268,09	0,00	1.908.268,09
Arrendamento e Aluguéis	57.912,95	0,00	57.912,95	54.302,24	0,00	54.302,24
Seguros	60.925,44	0,00	60.925,44	49.799,56	0,00	49.799,56
Provisões	525.606,89	0,00	525.606,89	626.912,97	0,00	626.912,97
Perdas na alienação de bens e direi.....	172.262,63	0,00	172.262,63	238.736,24	0,00	238.736,24
(-) Recuperação de despesas	(327.811,35)	0,00	-327.811,35	-269.099,04	0,00	-269.099,04
Tributos	65.620,11	0,00	65.620,11	57.094,95	0,00	57.094,95
Depreciação	0,00	(2.136.109,74)	2.136.109,74	1.969.751,65	0,00	1.969.751,65
Amortização	2.136.109,74	2.136.109,74	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos Diversos	1.985.358,42	0,00	1.985.358,42	2.839.056,25	0,00	2.839.056,25
Outras Despesas Operacionais	65.695,50	0,00	65.695,50	119.157,71	0,00	119.157,71
Resultado da atividade da Conces.....	4.195.336,37	0,00	4.195.336,37	6.007.876,06	0,00	6.007.876,06
Receita Financeira	2.934.032,83	0,00	2.934.032,83	2.693.756,58	0,00	2.693.756,58
Despesa Financeira	(9.608.389,26)	0,00	-9.608.389,26	-11.732.098,68	0,00	-11.732.098,68
Resultado Equivalência Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2.479.020,06)	0,00	(2.479.020,06)	(3.030.466,04)	0,00	(3.030.466,04)
Contribuição Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversão Juros s/Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EX.....	(2.479.020,06)	0,00	-2.479.020,06	-3.030.466,04	0,00	-3.030.466,04

Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Os ajustes são decorrentes de práticas contábeis divergentes entre a contabilidade regulatória e societária e que resultam na existência de ajustes.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2016	2015
Saldos no início do exercício	<u>30.102</u>	<u>29.769</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Reavaliação regulatória compulsória	(45.987)	(47.259)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	<u>23.006</u>	<u>23.471</u>
Saldos no fim do exercício	<u>7.121</u>	<u>5.981</u>
	2016	2015
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	<u>(2479,00)</u>	<u>(3030,00)</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativos e passivos financeiros setoriais	0,00	0,00
	0,00	0,00

Carazinho/RS, Dezembro de 2016.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR
Carazinho - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ELETROCAR em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à ELETROCAR, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da ELETROCAR, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da ELETROCAR. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da ELETROCAR é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Av. Paulista, 1009, sala 1808 - Bela Vista - São Paulo/SP

(11) 4007-1219 | www.macielauditores.com.br | contato@macielauditores.com.br



Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a ELETROCAR continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a ELETROCAR ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da ELETROCAR são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da ELETROCAR.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Av. Paulista, 1009, sala 1808 - Bela Vista - São Paulo/SP

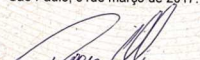
(11) 4007-1219 | www.macielauditores.com.br | contato@macielauditores.com.br




- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da ELETROCAR. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a ELETROCAR a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017.


MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 - S - SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS - 71.505/O-3 - S - SP
Sócio Responsável Técnico


ROSÂNGELA PEREIRA PEIXOTO
1CRC RS - 65.932/O-7 - S - SP
Sócia Responsável Técnica

Av. Paulista, 1009, sala 1808 - Bela Vista - São Paulo/SP

(11) 4007-1219 | www.macielauditores.com.br | contato@macielauditores.com.br